

## ENTRE O PALCO E A COXIA: A DRAMATURGIA DAS FORMAS DE RESISTÊNCIA NOS CANAVIAIS SERGIPANOS

Jaime Santos Júnior

### RESUMO

Ao negar uma perspectiva totalizante, que prescinde do conteúdo das relações sociais concretas na análise das formas de vida social, a contribuição de James Scott traz a lume o léxico e a dramaturgia das pequenas *ações cotidianas de resistência*, que certamente passariam despercebidas em outras abordagens. O presente artigo tem como objetivo a análise de ações de resistência no cotidiano dos trabalhadores do corte da cana-de-açúcar no estado de Sergipe. Com isso, pretende-se sublinhar a ação reflexiva dos indivíduos face aos imperativos estruturais dos contextos de socialização. Ao mesmo tempo, discute-se também o estatuto metodológico do entrevistado e do entrevistador em pesquisas sobre ações de resistência.

Palavras-chave: Trabalho; Resistência; Setor Sucroalcooleiro.

## BETWEEN THE STAGE AND THE AISLE: THE DRAMATURGY OF RESISTANCE FORMS IN THE CANE FIELDS OF SERGIPE STATE, BRAZIL

### ABSTRACT

In order to put aside a totalizing perspective in which the contents of concrete social relations is dismissed in the analysis of social reproduction, the contribution of James Scott brings to light the lexicon and the drama of everyday forms of resistance that would surely go unnoticed in other approaches. This article results from a survey with sugar cane harvest workers in the state of Sergipe, aiming to analyze the strategies that are developed as forms of daily resistance. Thus, it is intended to stress the reflexive action of individuals regarding to structural imperatives of socialization contexts. At the same time, it also discusses the metodological status of the respondent and the interviewer in researches on resistance actions.

Key words: Work, Resistance; Sugar Cane Sector.

## 1 ESTRUTURA E AGÊNCIA NA GRAMÁTICA DOS CONFLITOS

A cena que se passa no palco, em uma peça teatral, é o ápice de uma longa trajetória com muitos antecedentes. Todavia, nem de longe ela exprime as tensões e dramas vividos nos momentos preparatórios e de ensaio. O palco é o momento de outra linguagem cuja performance dos atores está predita no enredo. A cena que vai a público omite a miríade de tensões e conflitos que estão na coxia. Mal comparando, essa metáfora ilustra o que pode ocorrer em contextos, onde o conflito se apresenta de modo ligeiramente distinto com relação às formas mais recorrentes de confronto aberto. Por seu turno, a ideia de *performance* dos atores parece propícia também por fazer alusão à pluralidade semântica que possui o sintagma “ações de resistência”. Uma vez sensíveis a esses aspectos, eis que emerge não apenas o que vem à tona no “palco”, em confronto aberto, como ações de resistência, mas aquilo que ocorre no cotidiano do trabalho, no que chamei de “coxia”, de modo silente e aparentemente descompassado.

Reconhecer o sentido sociológico daquilo que se passa na “coxia”, através do discurso invisível, dos significados atribuídos pelos sujeitos às suas ações, é recuperar uma dimensão que por vezes é esquecida nos estudos que abordam o tema da exploração do trabalho nos canaviais, a saber, a questão da *agência*.

Como sugere Scott (1985, 1990), parece analiticamente fértil explorar o hiato que pode existir entre o discurso visível e o invisível nas ações de resistência. Nesse tipo de abordagem, somos convidados a atentar para a *performance* dos atores no cenário das interações cotidia-

nas. Por essa via, parece claro o diálogo, ainda que não assumido por Scott, com os autores do que se convencionou chamar de “Interacionismo Simbólico”. Para o meu propósito, significa que é possível repor os termos da equação proposta por Scott também na relação entre estrutura e agência.

Pode-se dizer, desde logo, que não há um único script que nos remeta previamente ao enredo das interações entre os diferentes atores sociais, seja em termos micro ou macrosociológicos. Em resumo, significa dizer que parece plausível supor que: i) nem os interesses são previamente definidos em razão do lugar que os indivíduos ocupam na estrutura social, ii) nem que sua ação independe do contexto em que ela ocorre.

De reconhecida tradição no interior da teoria social, a questão da *estrutura* e da *agência* ensejou desdobramentos analíticos, que por vezes assumiram caráter antagônicos. Sem cair nesse lugar-comum, estéril do ponto de vista heurístico, e ao não se deixar capturar pela tentação do ponto de equilíbrio, ou seja, o de buscar um simples amálgama entre as duas perspectivas, a contribuição de James Scott recompõe de forma sofisticada uma questão cara à sociologia, como flagrar aquilo que está nas entrelinhas, que opera de modo velado, mas que vivifica a complexa relação entre o constrangimento da estrutura e o voluntarismo da ação? Para responder a essa questão o presente artigo recorre a dados de pesquisas realizadas com trabalhadores do corte da cana-de-açúcar no estado de Sergipe, no período de dezembro de 2012 a fevereiro de 2013. Se o objetivo mais amplo é o de entender o modo como erigem *identidades* nesse contexto, parte importante da reflexão esteve voltada para a dramaturgia

das formas de conflito e resistências entre os atores em questão.

A primeira parte do texto volta-se para alguns balizamentos operacionais da pesquisa de campo, sobretudo retoma uma discussão sobre o estatuto do entrevistado, quando o interesse analítico procura flagrar um elemento que é fugidio, que não se revela à primeira vista, ou seja, a percepção dos indivíduos.

No segundo momento, apresento os principais resultados sobre o modo como se desenvolvem ações de resistência e estratégias de vida nesse contexto. Para tanto, busco por em suspensão a chave analítica em torno da qual gravita muitos estudos: o tema da “exploração do trabalho”. Não para secundarizar, mas para resistir a uma leitura prévia que tende a reduzir os atores à figura do “explorador” e do “explorado”. Para tanto, sigo a pista deixada por Scott (1985) que propõe uma leitura “ao avesso” das falas dos sujeitos. Sim, porque é preciso problematizar o pressuposto de (in)justiça que está nas entrelinhas dos discursos e ações. Se estiver correto, é isso que informa o que deve ser lido como suposta passividade, ou, na outra ponta, como resistência. Alguns estudos já haviam apontado sobre o papel de ações de resistência que dão corpo a uma estruturação do conflito que se traduz em outra lógica (Sigaud, 1979, 1996 e 2004; Silva e Ribeiro, 2010; Menezes, 2002 e 2011; Silva 2011).

Ao seguir essa pista, proponho observar o mesmo fenômeno – as relações de trabalho nos canaviais – sob outra perspectiva: a dos próprios trabalhadores que estão no corte da cana. Aqui, o recorte será feito em torno da tessitura das formas e modos de resistência que emergem nesse cenário. Para tanto, o ar-

gumento desenvolvido assenta-se em uma perspectiva teórico-metodológica ligeiramente distinta daquelas abordagens que, por serem menos sensíveis ao conteúdo das relações sociais concretas, as tomam como sendo uma variável dependente, privilegiando os elementos de ordem estrutural na análise da reprodução social. Com isso, suprime-se um elemento caro à Sociologia: a capacidade de agência dos indivíduos. Ao subsumir essa mediação, incorre-se no risco de conceber uma imagem reificada, putativa, dos trabalhadores, para os quais resta pouca, ou nenhuma margem de ação. Reforçando uma imagem que os toma como passivos, submissos, donde a metáfora do “cativeiro”.

Essa leitura mostra-se contaminada por uma concepção apriorística de como deveriam se manifestar os conflitos no contexto em tela. No entanto, a “exploração” do trabalho não descende de um simples silogismo. As ações de resistência aqui analisadas expressam justamente as ambivalências que rasgam o tecido social. Ademais, diria que elas são de um tipo especial visto que tendem a assumir um caráter velado, não manifesto, que se expressa no cotidiano através de uma miríade de pequenas ações, ao contrário de um conflito aberto e com atores bem definidos. Ao recorrer à percepção que os indivíduos têm do contexto em que vivem e trabalham, descortina-se o papel das resistências difusas, atípicas, cujo conflito opera através de uma morfologia própria.

## 2. BALIZAMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo que ora se apresenta é parte integrante de uma pesquisa mais ampla e que tem por objetivo analisar o modo como se eri-

gem identidades no contexto do trabalho sazonal, no suposto de que elas informam estratégias de ação<sup>1</sup>. A abordagem que o fundamenta está assentada em uma microssociologia das relações sociais cotidianas. Isso informa não apenas o modo como estou incorporando os significados atribuídos pelos sujeitos às suas ações e ao contexto em que vivem, desvela também a opção metodológica adotada. Uma vez que as conclusões são tributárias do método, parece-me salutar fazer antes alguns esclarecimentos.

Desde o início da condução do trabalho de campo estava claro a seguinte premissa: por maior que fosse a familiaridade do pesquisador com o universo do trabalho nos canaviais, ele continuaria sendo um “estrangeiro” naquele contexto. Em termos sociológicos, eu não compartilhava o ambiente de socialização e os códigos sociais dos meus informantes. Decerto que essa constatação é quase um truísmo em pesquisas sociais com abordagem qualitativa, todavia, o modo como esse aparente problema é equacionado muito informa sobre os resultados almejados. Dessa forma, ao invés de desprezar (pela via do formalismo), ou tentar minorar (pela via, por exemplo, da pesquisa participante) aquela “diferença”, tomei-a como uma questão de reflexão metodológica.

Essa opção tem como lastro a ideia de que a entrevista é um encontro social no qual o conhecimento é construído. Como sugere Holstein e Gubrium (2002), as entrevistas não são apenas um meio neutro ou um tipo de distorção, mas sim um local, uma ocasião para produzir um conhecimento reportável por si mesmo. Nessa perspectiva, os respondentes não são

apenas repositórios de conhecimento esperando aquele que vai “extrair” a informação que necessita, ao invés, eles são antes construtores do conhecimento em colaboração com os entrevistadores. Como correlato, tem-se que,

Instead of refining the long list of methodological constraints under which ‘standardized’ interviews should be conducted, we suggest that researchers take a more ‘active’ perspective, begin to acknowledge, and capitalize upon, interviewers and respondents constitutive contributions to the production of interview data (Holstein e Gubrium, 2002. p. 113).

Em outras palavras, entender “como” o processo de “construção de significado” (meaning-making) se desenrola na entrevista é tão crítico quanto apreender “o quê” está sendo substantivamente perguntado. Por certo que o elemento investigado – o modo como erigem identidades – torna esse aspecto ainda mais imperioso. Uma vez que não se deixam flagrar à primeira vista, a constituição de identidades envolve uma trama complexa de significados atribuídos às ações, as formas de representação social entre outros aspectos. Nesse processo, os sujeitos não são passivos. Ainda Holstein e Gubrium (2002) afirma que, visto como ativo, o sujeito atrás do respondente não apenas detém os fatos e experiências, mas no variado processo de ofertar a resposta, ele construtivamente acrescenta, retira e transforma os fatos e detalhes. Agrega-se a esse entendimento a sugestão de Poupart (2008, p. 244), “em lugar de eliminar os efeitos do contexto, empenha-se dora-

---

1 Trata-se de tese de doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo, de minha autoria, intitulada: “Na Trama das Identidades: vida e trabalho no corte de cana em Sergipe”. A pesquisa contou com o apoio da Fapesp.

vante, em evidenciar e compreender a maneira como o contexto impregna os discursos e os diversos componentes capazes de atuar em sua construção social”.

O que se apresenta a seguir é tributário, portanto, dessa fundamentação metodológica. Isso informa sobre o modo a partir do qual as entrevistas foram conduzidas e interpretadas, bem como sobre o estatuto do entrevistado e do entrevistador no presente estudo.

### 3. RESISTÊNCIAS E CONFLITOS NOS EITOS: PUXANDO O FIO DO NOVELO

O problema anteriormente suscitado, sobre as dificuldades em se flagrar determinadas situações no discurso dos indivíduos, vem à tona mais uma vez. Descortinar os significados contidos na linguagem dos indivíduos suscitou diferentes questões com o andamento das entrevistas. Uma delas diz respeito ao que se supõe ser uma ação de resistência ou conflito. Para compreender a polissemia que os termos podem assumir é preciso, antes, situar o contexto do trabalho nos canaviais. Para tanto, faz-se *mister* ter em mente que estamos tratando de situações que estão, digamos, na fronteira entre as condições mais precárias e degradantes de trabalho. Não raro, formas pretéritas de exploração a exemplo da escravidão. É um trabalho executado a céu aberto, sujeito às intempéries do tempo, aos deslocamentos, cujo desgaste físico e mental salta à vista. Talvez por esse motivo, algumas pesquisas sobre o tema assumam um caráter de “denúncia”. De um modo ou de outro, tais estudos manifestam uma inquietação, um protesto contra as condições de trabalho a que estão submetidos os trabalhado-

res do eito. Todavia, parece haver um hiato entre a percepção de injustiça do pesquisador – que de alguma forma é externo aquela realidade – e a dos próprios trabalhadores. Vale dizer que aquilo que se apresenta como “intolerável” para uns, pode ser “tolerável” para outros. Isso deixa pistas também para supor que as formas de reação às situações degradantes podem se manifestar em arranjos os mais diversos.

Com isso em mente, e em concordância com Menezes (2000, 2011), binaridades como “exploradores” e “explorados” apresentam baixo potencial analítico. Elas mais escondem do que revelam. Nesse tipo de abordagem desaparece a mediação dos atores, a experiência construída ao longo da trajetória de vida. Por essa razão, essa autora trabalha com a noção de “múltiplas identidades” por considerar que os trabalhadores migrantes – mas não somente eles, eu diria – veiculam diferentes identidades de acordo com as suas estratégias de sobrevivência e pela experiência acumulada enquanto “canavieiros”. Assim, “suas identidades assumem diferentes formas em diferentes situações e podem também variar ao longo de suas vidas” (Menezes, 2000, p. 54). Essa também é a perspectiva pela qual estou argumentando.

Por seu turno, parece salutar ter alguma cautela quanto ao pressuposto de que as situações vivenciadas pelos trabalhadores são “revoltantes”. Ou melhor, não se trata de qualificar se são ou não são, mas evitar a afirmação categorial prévia de que a ideia de sofrimento é percebida igualmente por todos. Como já sugeriria outros estudos, a percepção de injustiça pode variar no tempo e no espaço (Barrington, 1978). Essa “dor” pode ser “anestesiada” por outros fatores e até mesmo auto-imposta. Por-

tanto, sigo a pista deixada por Scott (1985, 1990), que é a mesma utilizada por Menezes (2000), para capturar o modo como se estrutura o conflito através do que ele chamou de *práticas cotidianas de resistência*. Que se manifesta em outra linguagem e cuja estrutura é feita de pequenas e pontuais ações de resistência e confronto. Não assumindo, portanto, a forma convencional de conflito aberto com opositores bem definidos.

Durante a pesquisa, com o avançar das entrevistas, ficou evidente que buscar formas de conflito aberto restringiria, ou mesmo esconderia, ampla parcela de ações de resistência que acontecem de maneira velada. Curiosamente, elas não aparecem nos momentos em que o tema da conversa versava sobre “conflitos”. De maneira geral, as ações que denotam formas de resistência e oposição às situações enfrentadas pelos trabalhadores aparecem em outros momentos. Mesmo assim, sempre com alguma cautela no modo como expressam o seu pensamento, como se evidencia nos fragmentos da narrativa dos trabalhadores,

**Quando não gosta da usina em que trabalha você pede para sair? Desiste? Não.** Tirar os seis meses completo. Agora, para quando chegar na metade da moagem dizer bem assim: “vou embora”. Não, nunca desisti não. Para tirar logo completo. Sair só no bagaço mesmo, só no lixo! Já colocou alguma usina na justiça? Não. E se tivesse de colocar? Se precisar, se for direito assim, o cara botou. Porque muita gente bota aquela empresa no pau quando chegar no outro ano não pode voltar mais. Se não deu para trabalhar

naquela empresa, ai o cabra vai para outra e pronto (Rufino, 42 anos).

**Quando não gosta da usina em que trabalha você pede para sair? Desiste? Eu peço. Já colocou alguma usina na justiça? Não. E se tivesse de colocar? Ai o cara pensa** (risos) se vale a pena. E o que é “valer a pena”? Se o cara tiver certo e ela botar por justa causa sem o cara merecer, ai o cara tem de ir para a justiça, né? (Jileu<sup>2</sup>, 22 anos. Grifos nossos).

**Quando não gosta da usina em que trabalha você pede para sair? Desiste? Eu tava numa firma lá (em São Paulo), dois anos e quarto meses, ai fui fazer um acordo lá e perdi as conta. Ai foi quando apareceu essa daqui (em Sergipe). Já colocou alguma usina na justiça? Não. Mas colocaria? Ah, com certeza, se o cabra trabalhou e tem os direito certo, o cabra tem que procurar. Você faz a safra, ai a usina dá mil e pouco de acerto, ai você não vai reclamar nada, porque é a base mesmo. O cabra trabalha um mês, dois mês, quer pegar 3 mil, 4 mil... Ai usina nenhuma paga. É pelo serviço, pelo trabalho, mas ela não paga. Tem que ficar calado, né? Você vai botar no pau ai na próxima safra você está sujo... (Serafim 39 anos. Grifos nossos).**

**Quando não gosta da usina em que trabalha você pede para sair? Desiste? Não.** Na realidade nunca cheguei em usina nenhuma para discutir mais empreiteiro, pra discutir mais fiscal, pra discutir mais trabalhador igualmente eu. Mais ninguém. Sempre quando acaba a safra eles pergunta a mim: “quer ficar? Quer fazer a parada ou quer ir embora?” Porque às vezes a gente enjoa, entendeu? Passei seis, sete, um ano... Às vezes a gente enjoa. “Não, eu quero ir embora”.

---

2 Com o fito de manter o anonimato dos meus informantes, os nomes doravante citados nas entrevistas são fictícios.

Sempre completo a safra. **Já colocou alguma usina na justiça?** Não, pra que? Nunca pensei isso. Mesmo se eu sei que aquela firma ali eu tô perdendo meus direito, a metade dos meus direito ali. Pra mim aquilo ali... Pronto. Meu problema é quando ela findar, eu pego minha mala aqui, fui embora e pronto. **Por quê? Eu acho que não compensa. Você fica muito manjado. Você botou uma firma dessa no pau, você viaja para São Paulo, chega lá eles vão digitar tudinho já tão sabendo.** Aí diz: “não, aqui não cabe você mais”. Não compensa... E eu quero sabe o que? Meu dia a dia, meu corpo limpo. Pra que botar uma usina dessa aqui no pau, aí eu pego mil, mil e quinhentos conto e depois? Se eu precisar dela aqui? Não, eu não gosto disso (Zerramo, 34 anos. Grifos nossos).

**Quando não gosta da usina em que trabalha você pede para sair? Desiste?** Se eu não gostar, eu chego lá onde tá os homens e converso com ele. O gerente. “Rapaz eu quero sair”. **Ou minto, falo que encontrei outro serviço, para sair sem problema.** “Rapaz eu encontrei outro serviço, mais leve, melhor”. Até mentindo, porque não tá dando para a pessoa trabalhar ali, né? Aí a pessoa chega às vezes até com mentira viu. **Já colocou alguma usina na justiça?** Não. De jeito nenhum, até hoje... Eu não gosto não, porque às vezes a gente aqui precisa. **A gente faz isso aí depois eles pode ficar de bronca. Você conhece alguém que já colocou na justiça?** Teve um colega que ele achou, trabalhou tempos e tempos e achou o dinheiro pouco, o acerto pouco, aí foram para ele e falaram que tava certo. “Não, tá certo, procure seus direito”. Ele foi e ganhou, né? E tá trabalhando. Ele trabalha na turma da gente. Mas ele botou no pau. **Você fazia o que ele fez?** Rapaz, não fazia não. Ele ganhou (risos). **Mas você não fazia não?** Não, com medo. Com medo de chegar, dar problema

e eles não querer ceder serviço mais para a pessoa (Eufrásio, 47 anos. Grifos nossos).

É preciso salientar que não estou secundarizando a dimensão da precariedade sempre associada a esse trabalho, ainda que ela não se manifeste claramente, como no relato de “Rufino” – “só no bagaço mesmo, só no lixo”. Ao invés, priorizei a percepção nativa sobre a mesma e, ademais, como as ações dos indivíduos sofrem a sua influência.

Por seu turno, não encontrei nenhum trabalhador que tivesse judicializado alguma causa. Mas esse dado, que poderia indicar uma suposta passividade, esconde, como veremos, formas de resistência que operam em outra lógica. Claro está que não é por falta de interesse que alguns litígios não chegam à justiça, mas porque, na maioria dos casos, isso seria equivalente a inviabilizar futuras oportunidades ocupacionais. O que, nos termos da narrativa dos trabalhadores, “não compensa” Este é o significado de “sujar o nome”. Por isso, “o cabra tem que pensar”. Até mesmo o artifício da “mentira” pode ser usado para justificar a intenção de interromper o contrato. Que, como se vê, não é comum quando motivado pelo próprio trabalhador. Ademais, percebe-se que há uma alteração no pronome empregado quando é para afirmar a possibilidade de recorrer à justiça, assim: “eu” não coloco, mas o “cara” pode colocar. A meu juízo, essa mudança de pronome na frase não é aleatória. Ao fazê-lo, a autoria da causa se esvanece. O “cara” é o “outro” que ninguém quer assumir.

Permeia também os vários relatos uma noção nativa de justiça que nem sempre se transmuta com a linguagem dos *direitos*. Ela é tributária de uma noção de reciprocidade e de

honra que permeia as relações sociais cotidianas. Em alusão a Mauss (2013), essa representação simbólica nutre-se de uma ambiguidade ao esperar do outro uma compensação. A meu ver, tal mecanismo acaba por reforçar um deslocamento dos conflitos para outra seara.

É preciso lembrar que o modo de contratação é bastante capilarizado e faz uso de redes pessoais. Não se restringe, portanto, a um contrato meramente impessoal entre demandante e ofertante de mão-de-obra, ainda que de fato ele exista. O que importa é a rede de confiança informal entre o “turmeiro” e o trabalhador, ou mesmo entre os próprios trabalhadores. Por via de consequência, a relação entre “capital *versus* trabalho” é dotada de significados que criam novos compromissos. Para tanto, não resisto ao *insight* durkheimiano quando afirmara que há de existir “um elemento não contratual no contrato” (Durkheim, 1999). É aqui que se insere o problema do “não compensa”. Dessa forma, ter um “bom nome” significa ter acesso à reputação nos vínculos firmados, é uma forma de proteção contras as inúmeras contingências da vida.

Atenta para o mesmo problema, Sigaud (2004) já havia alertado para o risco do maniqueísmo presente em algumas interpretações que reduzem os termos da equação a um modelo dicotômico entre, de um lado, aqueles que exercem o poder de mando da lei, e, de outro, o suposto “déficit” de consciência dos “dominados”.

É isto que se observa, por exemplo, nos estudos que se limitam quer às normas ou às instituições jurídicas, quer ao reclamante, e não se preocupam em relacionar os fatos ligados ao direito com outros fatos sociais. Assim, quando se trata de explicar, por

exemplo, a ida à Justiça para a regulação de conflitos, o olhar é dirigido seja sobre os reclamantes — sobre sua tomada de consciência das injustiças, sobre suas possibilidades de acesso às instituições jurídicas —, seja sobre o conteúdo das normas e a função dos experts (advogados e magistrados). Tudo se passa, então, como se não fosse necessário ir além do direito, como se fosse possível compreender esta prática sem fazer a sociogênese dos conflitos, sem se interrogar sobre as propriedades sociais dos indivíduos envolvidos e a história de suas relações, sem, enfim, reinscrever os fatos relevantes do direito em quadros sociais mais amplos (Sigaud, 2004: p. 155).

Na esteira desse argumento, e à luz do seminal trabalho desenvolvido na Zona da Mata canavieira de Pernambuco, Lygia Sigaud lembra que a conversão da mediação dos conflitos para a linguagem dos direitos, não ocorre de súbito. Embora a relação entre empregado e patrão, especialmente durante o regime de morada, encontra lastro em elementos simbólicos que escapam à regulação formal contida em um contrato verbalizado. Igualmente converge nesse ponto a afirmação de Garcia Jr. (1990) quando ressalta que a criação das Ligas Camponesas e dos sindicatos desperta a possibilidade de fazer frente ao mandonismo dos patrões agora na linguagem dos direitos. Para tanto, e como bem sublinha este autor, o recurso à Justiça também implicava uma reconversão das práticas habituais e do universo mental dos moradores.

Assim, tudo o que deviam dizer ou não diante dos tribunais depende do status legal que ‘escolhem’ assumir, e que varia segundo cada caso preciso, seja como assalariado, parceiro, arrendatário ou posseiro,

o que implica todo um trabalho preparatório, no seio mesmo das organizações camponesas, para que as estratégias de apresentação de si mesmos sejam eficazes (Garcia Jr., 1990, p. 84).

Em minhas entrevistas, as formas de resistência aparecem em outros momentos da conversa, sutilmente, deixando entrever o que são ações de avanço e recuo em direção ao conflito e às formas de exploração que, por sua vez, residem em pequenas ações cotidianas. Em concordância com o que assinala Scott (1985), as formas de resistência presentes refletem as condições e constrangimentos nas quais elas são geradas. Assim, se elas são abertas, elas raramente são coletivas, ou, se são coletivas, raramente são abertas.

A opção por interpretar o discurso do “não compensa” como uma estratégia de resistência é consoante com a abordagem que fundamenta esse estudo. Assim, o leque de ações que podem ser consideradas como de resistência vai além das que assume o confronto direto e/ou têm a intenção de subverter – na ausência de melhor termo – a situação de trabalho em que se encontra. Em outras palavras, o “não compensa” decorre de um pequeno cálculo realizado pelo indivíduo levando-se em consideração o quadro social mais amplo a partir do qual essa decisão se situa. “Resistir”, nessa acepção, tem como sinônimo “mitigar”, ou seja, abrandar uma situação que lhe seja desfavorável. Vê-se, com isso, que o seu discurso não se alimenta de uma ação inconsequente, irrefletida.

Em outras passagens, quando a conversa versava a respeito da tentativa, por parte do trabalhador, de moderar a sua produção em ra-

ção do cansaço, do “roubo” na pesagem, do preço da cana, entre outros fatores, já havia indícios de diferentes formas de resistência. São descrições que voltam a aparecer em meio às narrativas. O próprio “Rufino” traz um relato de um confronto aberto que aconteceu em uma das suas viagens,

**Você fez toda a safra lá (Goiás)?** Eu passei só três meses lá e vim embora. Tinha vez que era ruim lá. **Ruim por quê?** Os pagamentos. Tinha vez que o cara lá enrolava. **Então você pediu para sair?** Não, não pedimos para sair, eles botaram para fora. Teve muitos cabra que ficou lá e só veio sair agora no final. E todo dia era uma greve, todo dia. **Aí quando chegou lá a cana de R\$ 0,26 centavos e de R\$ 0,21, aí o cabra queria aumentar mais o preço da cana. Aí quando chegou lá ai disse bem assim: “é para tanto” (o encarregado da usina). Aí o cara (os trabalhadores) não queria. Aí todo dia era uma greve, quando pensava que não fechava o portão, fechava tudo lá, não saia um carro para o lado de fora de jeito nenhum. Aí é greve, parava as turma toda. Até eu, não vou mentir não. Ia uma turma assim para o serviço e a outra turma ficava naquelas greve. Até eu, quando se reunia um monte de gente assim, o cara dizia que não vai fazer greve? Eu não fiz greve não, agora se dissesse assim: “bora empurrar aquele carroção para fechar o portão lá, não vai sair daqui ninguém”. E o cabra ia se meter num comboio de gente assim para meter a cara? **Aí ficava tudo parado lá. Tinha gente do sindicato?** Tinha gente do sindicato (Rufino, 42 anos. Grifos nossos).**

Apesar de narrar um confronto aberto – uma interrupção do dia de trabalho – o informante assume a participação, porém, apresenta-a quase que como uma imposição do grupo.

Pude entrevistar outro trabalhador que participou da mesma manifestação, veja o que ele diz,

A história de Goiás foi assim. Chegou um cara lá, a usina mandou ir fichar no nosso lugar mesmo, nós saiu fichado. Foi 400 pessoas, 10 ônibus. Saiu de Delmiro Gouveia (município alagoano). Nós fretamos uma van, eu e a galerinha lá, uns 20 cara, aí fomos diretamente para Delmiro. Aí quando foi umas oito horas da noite, nós foi para Goiás. E fichado já. A usina não descontou nada. **E o alojamento?** Desconta só a comida, 136 reais, nós pagava. Teve greve no mundo lá (em Goiás). Nós mesmo fazia, a galera se acordava bem cedo assim, pronto: “hoje ninguém vai trabalhar!” Saia nos barraco dos peão, avisava: “só vai quando acertar isso aqui”. Sei que foi mais de dois meses nesse rojão. Eu digo: “eu não vou ficar aqui não, nessa peste não”. Daí depois veio um colega meu, aí nós dissemos: “vamos ficar aqui, vamos ver o que vai dar”. Daí deu dois mês e meio, começou a melhorar, a galera foi embora. De 400 ficou 135 alagoano. **Mas a greve também era das outras turmas?** Só tinha alagoano, nesse alojamento só tinha alagoano. Era só nós que bagunçava tudo. **E as outras turmas?** Ah, a turma da rua ia, não participava não. Só teve uma vez, isso já tava com uns três mês, que a turma da rua se azuaram para lá, nós nesse dia não queria nem fazer greve. Por causa de uma coisa lá, eles saíram nos nossos eitos lá, bagunçando, cortando cana de todo jeito, pinicando. “não, não é para ninguém trabalhar hoje não, vamos embora”. Aí fomos para o barraco. **Os que saíram a usina colocou para fora?** Eles que pediram para sair, a usina não botou para fora não. Eu terminei, passei sete meses lá. Só que lá aconteceu assim sabe: no dia que aconteceu a greve aí eles pegaram o nome: “quem quiser ir embora, por conta própria, não to mandando ninguém ir embora”. O chefe

lá mandou. “Agora, só quem quiser ir embora a empresa vai dar o ônibus para você voltar para casa”. Por exemplo, teve cara que só trabalhou um mês, daí teve uma greve. Daí durante aquele mês se eu ganhei mil reais, pronto, você vai receber os mil reais, o cara explicou, a passagem e o seu fundo de garantia do mês. Foi isso que aconteceu lá. **E você não topou esse acordo?** Nada, eu vou ficar aqui. Eu já vim para trabalhar mesmo, der o que der... (Américo, 23 anos. Grifos nossos).

Em seguida, em outro momento da entrevista, eis que:

**Já colocou alguma usina na justiça?** Não, coloco não. Eu nem penso nisso. E as greves lá em Goiás, você não participava? Não, eu ficava só de boa olhando assim (Américo, 23 anos. Grifos nossos).

A greve narrada por “Américo” nasce de uma indignação coletiva referente a problemas no pagamento dos trabalhadores e surge de maneira “espontânea”, não sendo conduzida pelo sindicato. Considero, pois, que nela está inscrita a *agência* dos trabalhadores, que expressa o mecanismo de mediação para uma tomada de decisão. Decerto que tais ações se sustentam nas interações cotidianas no alojamento e do fato de serem de uma mesma região. Veja que a *performance* requerida na paralisação, vista aqui como estratégia de resistência, segue a lógica do anonimato. Não é outro o sentido da dissimulação do seu envolvimento quando pergunto se ele efetivamente tomou parte naquelas manifestações.

Confrontos assim, aparentemente fragmentados, revelam as estratégias construídas

pelos trabalhadores como formas de resistência. Como vimos no caso da greve descrita anteriormente, não se trata apenas de uma coleção de comportamentos e atitudes individuais, há também uma identidade de classe que é veiculada enquanto experiência compartilhada (Thompson, 1987). Ela se nutre de uma zona de comunalidade entre os próprios trabalhadores, que pode mudar em razão do ciclo de vida do indivíduo, da proveniência, entre outros fatores. Como se depreende da narrativa abaixo.

O bom de lá (São Paulo) que eu vejo é isso. Hoje mesmo, a gente trabalhando um colega meu se cortou, você sabe que horário a ambulância chegou? Chegou com uma hora depois que o rapaz se cortou! E o corte foi no pé. Uma coisa que a gente tenta conversar com o povo para ver isso né (com os colegas de trabalho). Mas só que uma pessoa só não consegue, a gente fala com o cabo de turma, fala com o fiscal de frente, mas só que ele não chega para o homem mesmo para falar... O obrigado que você chega para o homem e falar, é se tivesse um sindicato no pé. Se ele tivesse no pé, você não ia falar com os homens da usina, você ia falar com o sindicato, o sindicato é quem ia. **Você acha que a atuação do sindicato é fraca?** É fraca, com se diz, o usineiro tem mais voz que o sindicato. Quem era para falar mais alto era o povo do sindicato, ele não fala, ele fala menos, fala baixo. **E você é sindicalizado?** Não. Aqui mesmo que trabalha comigo não tem um. A única vez que eu vi o sindicato em seis meses que eu estou na usina, que eu vi, só foi uma vez que eu vi o sindicato lá. Até eu gritei do alto, que eu estava no alto: “ei rapaz, você do sindicato aí – que era dois rapaz e uma moça – vê se ajeta essa média de cana aí rapaz, cá para nós”. Foi a mesma coisa de ter entrado num ouvido saí-

do no outro. Porque nem deram com a mão eles deram (Josino, 27 anos. Grifos nossos).

A gente tem cortado muita cana aí forte, às vezes não combina com o peso que eles dá para a cana. A gente conhece, a gente trabalhador velho cortando cana a gente conhece do peso nos braço. Aí a pessoa chega assim: “o rapaz, esse cana aí de dez braça, doze, uma cana dessas!? Dez vara para dar uma tonelada uma cana, mil quilo, o que é mil quilo uma cana dessa? Nossa senhora viu!” Às vezes a turma fica chiando. “rapaz, uma cana dessas por um peso desses, o que é isso!? **E como é o processo de pesagem?** O cara mede uma vara, corta ela todinha, aí pica os pedacinho, quando acabar amarra e pesa. Mas ali os pesador tem as manha, a cana é boa mas as vezes ele sai ali pelo meio procurando aquele lugar mais fraco para pesar. É ali onde ele mede para pesar. É onde a turma chia: “para que você não pesa aqui, pesador? Vai pesar onde a cana aí onde a cana é morta rapaz...” A turma acha ruim. Tudo tem esperteza ne. Esses homem aí ne brincadeira. Você já participou de alguma greve? Não, aqui não. **E lá (São Paulo)?** Lá nos paremos devido o pagamento. Inclusive dessa viagem que eu fui paremos tudinho, cearense, paremos tudinho. A turma falou: “enquanto não acertar esse ganho aí nós não trabalha ninguém”. Nós ficamos lá sentado. Aí ele chegou assim e passou R\$ 190 a mais para todo mundo. Senão a turma não trabalhava (Eufrásio, 47 anos. Grifos nossos).

Além das *ações cotidianas de resistência*, a experiência acumulada em anos de trabalho canavieiro faz com que “Josino” cobre uma atuação mais firme dos sindicatos. Caso contrário, vai depender da turma “chiar”, como sustenta “Eufrásio”. Decorre disso que os próprios trabalhadores dão prova de que para

conflugar o conflito aberto é preciso que haja um compartilhamento de interesses comuns. Em contrário, a percepção da possível injustiça irá sempre ser equacionada em razão das experiências individuais isoladas que podem, ou não, induzir o confronto. A descrição a seguir mostra como se estabelece o *modus operandi* na estruturação de um conflito.

Já colocou alguma usina na justiça? Não, nunca coloquei. Mas se eu tivesse de fazer eu faria, mas até hoje nunca precisei não. Já, assim, já sentei, já discuti com o gerente já briguei com eles para procurar meu direito. Aqui e em São Paulo. Por causa disso que em 2009 eu não era para mim vim embora. Os dez meses que eu passei lá, eu tava pensando em passar mais um ano, mas foi por causa disso mesmo, eu fui defender meu direito, eu e outro rapaz daqui. A gente foi em quatro, a gente foi reclamar, juntamos as turmas, era gente de Sergipe, de Pernambuco, de Alagoas, a gente se juntou todo mundo e fomos procurar o direito da gente e foi por causa disso que eu só passei dez meses. Todas as usinas é assim, aqui e em São Paulo, se você for um cabra que reclame seus direitos, ele vai trabalhar com você, mas sempre de olho em você. “Aquele cabra ali, ele sabe demais, ele gosta de procurar o direito dele”. **É o que você pensa antes de reclamar?** Eu penso e compartilho com quem está junto comigo. [Cito um exemplo hipotético de alguém que colocou uma usina na justiça e pergunto se ele vai ter dificuldade em conseguir outro emprego] Vai. Vai porque é assim, se ele for de uma vez, sem procurar assim as pessoas, sem procurar o gerente, sentar com o gerente, com quem esteja na frente. E sempre se sabe, usineiro sempre tão junto. Nunca o dono da usina vai ver quem é aquele trabalhador, mas, quem é fiscal, quem é gerente, sabe. Esse ano mesmo que eu es-

tou trabalhando na usina Taquari, teve muitas pessoas, um colega meu mesmo que trabalha comigo, um parceiro meu, a carteira dele não foi aceita, porque ele trabalhou em 2010 lá e teve um problema lá, e ele foi botado para fora e esse ano a carteira dele não foi aceita na Taquari. **E ele está sem trabalhar?** Ele foi trabalhar na outra (usina), mas lá ele não foi aceito mais. **E como deve ser para reclamar?** A primeira coisa que eu vou fazer é sentar e chamar o cara: “olhe, eu achei esse negócio errado, vamos conversar”. A (usina de Sergipe) mesmo, no começo da safra, ela atrasou um dinheiro da gente. Mas só que só foi a turma da gente. Nesse tempo a gente estava com 38 ou era 42 duas pessoa. Pagou o pagamento, mas não pagou tudo. O que foi que a gente fez? A gente não parou turma nenhuma, a gente parou a turma da gente mesmo. Paremos, cheguemos no serviço sete horas, tomemos café, o feitor chegou, o cabo de turma liberou os oito para todo mundo. Só que a gente falou para todo mundo igual: “a gente só pega na cana para trabalhar depois que ele ajeitar o dinheiro da gente”. Aí fiquemos, aí a outras turmas começou a trabalhar e o plano de cana lá parado, a frente da gente, né? Aí o gerente veio, o cabra linha de frente, né? “O que foi que houve?” Aí eu disse: “olhe, a gente tem uma coisa para nós conversar. Surgiu um atraso de um dinheiro da gente aí, não pagou o dinheiro todo completo da gente, o que é que você pode fazer por a gente aí? A gente só volta a trabalhar depois que vocês ajeitarem esse dinheiro da gente aí”. Aí ele foi, conversou com o gerente. – “Pode ir embora para casa – nove horas liberou a gente –, se amanhã de bem cedo vocês chegarem no ponto e o feitor de vocês ligar pro banco e não tiver esse dinheiro depositado, vocês volte da padaria mesmo porque o dinheiro de vocês tão pago”. A gente foi, assim a gente fez. No outro dia a gente foi para o ponto, na padaria

que a gente para pra comprar alguma coisa, que o cabo de turma da gente ligou, pegou a senha e um cartão de um colega nosso, puxou, aí a mulher falou que o dinheiro estava depositado e a gente foi trabalhar. Por quê? Porque se a gente não tivesse parado. Aquela dinheiro vinha, mas só vinha com 15 dias depois que é a outra quinzena (Justino, 27 anos. Grifos nossos).

Depreende-se, então, que o conflito precisa ser mediado, negociado, é preciso “sentar” antes para “conversar”, porque como bem alerta o entrevistado, “nunca o dono da usina vai ver quem é aquele trabalhador, mas, quem é fiscal, quem é gerente, sabe”. A elaboração desse discurso por parte do trabalhador já representa uma forma de contrapor-se ao discurso “oficial” daquele que está na posição de mando. É o âmbito em que se revela justamente a equiparação da posição dos atores, ou seja, a “esperteza” do fiscal, ou do dono da usina, contrapõe-se a resistência dos trabalhadores. Para Scott (1990), é o discurso clandestino dos grupos subordinados que se insinua de modo discreto atrás de gestos, rumores, fofocas ou brincadeiras. Desse modo, pretendo arguir que o contexto de exploração não tem como corolário necessário a condição de “explorado”, no sentido de uma aceitação inerte. Os termos dessa relação são objeto de disputa. Assim, assumir uma posição de recuo ou defesa, tolerar ou recusar a violação de um direito, entre outras questões, informa a tessitura das estratégias de sobrevivência dos trabalhadores e o modo como, a depender da situação, ele veicula uma imagem.

Esse aspecto também fora flagrado por Silva (2011), que encontrou uma miríade de táticas de confrontos entre os trabalhadores. Elas

iam da dissimulação às práticas de sabotagem do método de aferição da pesagem da cana cortada por cada trabalhador. Igualmente, Cover (2011) também encontrou em sua pesquisa diferentes recursos mobilizados como formas de resistência. Tal qual nos meus achados, em ambos os casos o enredo das resistências é mudo. Ele só pode ser lido quando se observa o contexto das interações sociais. Mas, mesmo assim, há que atentar para o lugar da cena. Uma vez no palco – como em uma interrupção do dia de trabalho – o protagonismo é diluído no coletivo. Uma vez na coxia – no cotidiano do trabalho, nos alojamentos – eis que surge a trama das pequenas ações de sabotagem, de controle da produção, do “saber fazer meu dia” e da aparente aceitação inquestionada dos constrangimentos estruturais.

Quando postas em conjunto, as narrativas dão margem a uma ética do trabalho. Elas informam aquilo que pode ser considerado como “bom trabalhador”, em oposição ao “mal trabalhador”. No entanto, ainda que assuma um caráter prescritivo, daquilo que deve ser, trata-se de uma fala que sustenta uma imagem que se pretende mostrar publicamente – é um discurso para o “outro”, e que, nesse sentido, tanto pode revelar quanto esconder as ações de resistência anteriormente ditas.

**O que é um bom trabalhador?** É aquele que trabalha e não anda perdendo um dia, né? **Mas hoje você não foi trabalhar?! É, hoje foi** [Ele comentou depois que não foi trabalhar porque ia receber um cunhado em casa que vinha de outro estado].

**O que é um trabalhador ruim?** É aquele que não quer nada, fica só perdendo dia. **E uma pessoa que briga pelos seus direitos, é um cara bom ou ruim?** Pra uns é bom, pra outros já é ruim, né? Eles mesmo da usina não gostam (Jileu, 22 anos).

**O que é um bom trabalhador?** Eu acredito que um bom trabalhador é aquele cara que veja o lado de todo mundo, não veja só o lado dele. Ele vai defender o dele e dos colegas, que tá suando junto com ele, pegando aquele sol todo dia. Eu acredito que um bom trabalhador é aquele que ajuda os outros. **E o cara que mais produz?** Para mim ele é um bom trabalhador para ele próprio, mas não é um bom trabalhador para os outros. Porque, por exemplo, eu chego na minha turma, tem 35 pessoas, aí 30 para pra nós se reunir, 5 vão trabalhar. Então aqueles caras ali, eu para mim, não é bom porque ele não tá puxando para o lado do trabalhador, ele tá puxando para o lado da usina. Eles têm que juntar com a gente para defender o lado da gente.

**O que é um trabalhador ruim?** É o cara que não se junta com a gente. É um cara que só pensa nele próprio (Josino, 27 anos).

**O que é um bom trabalhador?** Eu acho que o bom trabalhador é aquele que vai trabalhar e não dá trabalho. Não dá trabalho para quem? Para o patrão. O cabra faz o serviço dele, certinho, do jeito que eles querem. Mas no dia que você está cansado você faz isso ou não? Ah eu faço, se eu tiver cansado, não aguentar mais, manero, vou ali, sento.

**O que é um trabalhador ruim?** Às vezes você traz um cabra de lá para cá, pro meio de nós, aí ele dá problema, aí vão falar: “foi fulano que trouxe esse cabra”. Aí da outra vez que for trazer um cabra aí já não vão confiar mais em nós... (Serafim, 39 anos. Gritos nossos).

**O que é um bom trabalhador?** Eu acharia assim, porque tem pessoas que faz assim: “fulano, porque aqui tá roubando, aqui é roubando, essa usina é ladrão, empreiteiro é ladrão”. Não, não pode fazer isso. Se você é uma pessoa boa, você está trabalhando ali, também não critique ninguém. Que a empresa não tem nada a ver com isso, entendeu? Se você ganhou hoje mil, dois mil, não falta um centavo, que aí não falta. Cada dia a dia chega o dinheiro. Chegou dia 30 seu pagamento ta em conta. Não tem negócio de dizer: não, deixe para a amanhã. Aqui nunca faltou isso aí não. Todo dia 15 ela dá um vale de 270 reais, quando é o dia 30 é o pagamento. Eu vou falar mal de uma empresa dessa? **Mesmo essa coisa do peso da cana?** Mesmo essa coisa do peso aí que eu acho diferente, eu não falo. Que nem o menino falou ali [**em referência a situação da entrevista anterior quando se reclamou do roubo do peso**] Sabe por quê? Você vai procurar uma coisa dessa aí pra que? Uma coisa que já passou há mais de trinta dias! Você não vai resolver nada. O negócio daqui é diferente é sobre a balança. **E as “carreiras” escolhida para pesar?** É porque das menor cana ele tira. Para você ver, o cara pega uma balança ali, ele vai escolhendo aqui cada cana, cada moita de cana ele vai escolhendo aquelas caninha miúda, aí joga na balança amarra ali com um ponteiro de uma cana... Eu vi ele pegando aqui com dois dedo, ali está pesando cana? **Eu cheguei para ele, assim, numa cana assim que eu tinha derrubado, aí eu falei assim: “rapaz, essa cana da menos de... uma sete braça aqui dá uma tonelada não dá?” Ele falou: “oxente, não dá não. Aqui passa de dez!”.** Mas eu também ne?! **“Mas desse jeito aí, o cara pegar, levantar, pesar uma cana com dois dedo aí dá mais de dez mesmo”.**

O que é um trabalhador ruim? Para mim é o mesmo ser humano, não tenho nada a ver com a vida dele. Se ele é bom trabalhador, se ele é mal. Tem muita pessoa aí que você vê, eu por mim aqui mesmo, vamos dizer: eu pego uma pessoa dessa assim para viajar mais eu daqui para São Paulo, vai fazer o quê? Só vai me dá trabalho, entendeu? Chega lá eu coloco uma pessoa dessa dentro de uma firma lá, aí o cara vai vim em cima de mim, dizer: “Oh rapaz, você veio trazer um bagunceiro para aqui?!” Como assim, que bagunceiro? Que chega lá falta dia, responde. Você sabe que esse tipo de gente não gosta que ninguém responda. “Rapaz, vamos fazer aquele serviço ali?”. Você não tá pra aquilo? Vá fazer seu serviço. Se o cara tem condições de dar aquela metragem para você, porque vê que você merece, bem! Se também não, você fez aquele serviço também, nem vai lhe enricar, nem vai lhe empobrecer. Acabou! É por isso que quando eu chego lá é dois, três para me chamar para eu trabalhar nas turmas. Por que? Eu sou um cara que eu nunca respondi ao empreiteiro. “Dedé vá ali fazer aquele serviço ali, Dedé vá ali tirar aquela moita ali de cana”. Oxe, eu vou e faço meu serviço, pronto (Zerramos, 34 anos. Grifos nossos).

O traço saliente é a aparente reprodução do que seria o discurso patronal sobre o “bom trabalhador”, ou seja, é o trabalhador que não perde dia, que não “dá trabalho”, deixando a entender que não há contestação. Contudo, essa mesma narrativa pode ser lida a contrapelo, ou seja, a suposta aquiescência funcionária como mecanismo de proteção do próprio empre-

go. Mesmo assim, note que “Zerramos”, ainda que com todo o cuidado e bom trato, pede para medir a cana mais pesada. O discurso do aparente “conformismo” é produzido para o “outro” (o patrão) a partir da expectativa de comportamento almejado, todavia, no confronto com as declarações que antecedem esse momento, percebe-se o descompasso entre duas narrativas que estão sempre oscilando. De um lado, a imagem do anonimato e da passividade no discurso público, do outro, a teia das estratégias de resistência e a face ativa do discurso velado. Pela mesma razão, a forma da resistência não pode assumir o aspecto individualista, heroico, sob pena de comprometer o vínculo de confiança que se estabelece entre os próprios trabalhadores. Donde o perigo de levar alguém “bagunceiro”, frequentemente aludido.

Em um contexto em que a estruturação das formas de resistência raramente assume o confronto direto, talvez por isso, os sindicatos enfrentem dificuldades em agregar os trabalhadores. A maioria mostrou pouca importância, ou mesmo desconhecimento, sobre a sindicalização, mais das vezes, recorre-se aos sindicatos para o cadastramento do programa “Mão Amiga<sup>3</sup>”, para alguma assessoria jurídica ou no momento da rescisão do contrato de trabalho. Mas, não decorre disso que o seu papel seja de somenos. Em Sergipe, o expressivo crescimento do número de trabalhadores assalariados empregados nas usinas motivou a ação dos sindicatos. Ele é o ator que pode se colocar em primeira pessoa nas situações de confl-

---

3 “Criado em 2009, o programa de transferência de renda e geração de cidadania ‘Mão Amiga’ garante a subsistência dos trabalhadores rurais da laranja e da cana-de-açúcar no período da entressafra, através de uma bolsa mensal de R\$ 190 durante os meses de novembro a fevereiro para a cultura da laranja, e entre maio e agosto para a cana-de-açúcar. Os recursos são oriundos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FUNCEP)”. Disponível em: <http://www.inclusao.se.gov.br/erradicacao-da-pobreza-extrema/inclusao-productiva/programa-mao-amiga>

to. Não à toa, muitos trabalhadores, especialmente os que trazem experiências acumuladas em outros contextos de trabalho, cobram uma atuação mais enérgica. Na ausência de um coletivo de trabalhadores bem constituído em torno dos seus interesses, em razão da prematura conformação das relações de trabalho no setor canavieiro sergipano, os sindicatos, o Ministério Público do Trabalho e a Delegacia Regional do Trabalho desempenham um protagonismo importante não apenas na fiscalização e mediação dos conflitos, mas na institucionalização do litígio.

Embora não tenha sido o foco principal desse artigo, os locais de moradia e os momentos de lazer também podem atuar como espaços de resistência. Os excertos de entrevistas aqui analisadas evidenciam isso. Tais espaços encampam um amplo e variado mercado de informações através dos quais se desenvolvem laços de proteção entre os próprios trabalhadores. O caso da greve citada anteriormente é o melhor dos exemplos. O lugar de uma identidade de classe surge como o momento do compartilhamento de interesses em comum, enquanto “canavieiros”, em contraposição ao elemento opositor. Para tanto, lembremo-nos das diversas passagens em que os indivíduos identificam aquele, ou aqueles, contra o qual se opõem os seus interesses. Assim, a troca de informações, as resistências cotidianas e os espaços de convivência dão lastro à existência de uma experiência compartilhada. É aqui que situo a identidade de classe, que se expressa por ações de conformismo, mas também de resistência. Importa dizer ainda que as identidades são contingentes, ou seja, os indivíduos irão manifestá-la em razão de algum fim. Decerto elas se nutrem do contexto social, do ciclo de vida, da experiên-

cia de migração, ou, como já o afirmara Menezes (2000, p. 53), elas são “formadas por sua condição como camponeses, canavieiros, trabalhadores urbanos e por outras estratégias de sobrevivência”. Portanto, uma provável identidade de classe compartilhada atua como uma variável que entra na equação entre as possíveis escolhas dos indivíduos nas suas preferências. Sendo assim, os espaços de convivência – isso inclui os locais de residência temporária, a exemplo dos barracões – constituem importantes canais pelos quais se edificam, mas, sobretudo se afirmam as identidades.

## RETOMANDO O FIO DA MEADA

Como forma de concluir, cumpre recuperar alguns pontos para reflexão. O primeiro deles diz respeito ao modo como o conceito de “exploração” foi incorporado. Com isso, parte da inquietação intelectual recai sobre o diagnóstico ao qual chega boa parte da literatura que indica um cenário de extrema exploração do trabalho nos canaviais. Seja por não ultrapassar o “denuncismo”, seja pela ênfase dada aos elementos de ordem estrutural como explicação do contexto. Aqui, sem necessariamente afastar esse diagnóstico, procurou-se inquirir sobre a percepção que os próprios trabalhadores têm da situação de vida e trabalho nesse contexto. Assente em uma microsociologia das relações sociais, a perspectiva explorada buscou trazer a lume a trama de estratégias de resistência desenvolvidas pelos trabalhadores no afã de enfrentar as situações vivenciadas. Em livro já clássico, Runciman (1966) havia trabalhado com a noção de “privação relativa” para mostrar que a percepção de injustiça dos indi-

víduos quanto a sua posição social depende do “grupo de referência” a que se contrapõe. Não sendo, portanto, cabível, supor uma noção de (in)justiça *in abstracto*. Isso motivou um olhar metucioso nas pequenas *ações de resistência cotidiana* e, conseqüentemente, no conflito.

Como vimos, tais ações assumem uma gramática própria. Esse é o segundo ponto de destaque. Ao tomar o conteúdo das relações sociais como variável interveniente, e não dependente, descortina-se não uma imagem que os toma como sujeitos passivos, inertes aos constrangimentos de ordem estrutural, mas o modo ativo que sustenta a teia de estratégias de resistência. Com efeito, é preciso “ler as falas ao avesso”, como sugere Menezes (2011). Nesse veio, prossegue a autora, trata-se de um recurso metodológico, ou seja,

captar as formas de resistência cotidiana dos trabalhadores migrantes significa reconduzi-los do lugar de passividade, imobilismo e vítima em que, geralmente, são para o lugar de sujeitos de sua história, uma história que se faz não como se quer, mas a partir das possibilidades concretas e objetivas. Assim, eles atuam com as armas de que dispõem e com outras possíveis de serem ‘fabricadas’ com o material de suas interações sociais cotidianas (Menezes, 2011, p. 62).

Ao que se supõe, isso dá sentido a várias ações que, em outra chave, apareceriam como irrelevantes ou como sendo motivadas pela incapacidade dos sujeitos de mobilização conjunta dos interesses em prol de melhoria nas condições de trabalho. Assim, a decisão de migrar, de “tolerar” situações de flagrante arrepio a legislação trabalhista, do caráter peculiar assumido na manifestação dos descontentamentos,

das orientações de consumo, entre outros elementos, não são consequência apenas dos “imperativos inegociáveis” que constroem uma resposta irrefletida por parte dos trabalhadores. A mediação feita pelos indivíduos, que assumem as mais diversas formas, constitui o momento da resistência.

Por fim, como último aspecto, volto à questão da linguagem. Ela constitui um meio capaz de (res)significar os sentidos atribuídos às ações cotidianas (Strauss, 1999; Kaufmann, 2004). O léxico que serve de esteio às narrativas de vida deixa entrever um campo de tensões. Assim, as formas de nominar e de atribuir significado às coisas, antes de ser um ato despretensioso, revela um forte conteúdo proposicional, como já o afirmara Searle (2010). Nessa perspectiva, torna-se primordial a definição do que Dubar (2000) chamou de “contextos de ação”, ou seja, o lugar a partir do qual os indivíduos se definem e definem os outros. É nesse contexto de ação que os indivíduos articulam aquilo que pertence à situação dada, culturalmente marcada, com aquilo que representa a sua trajetória subjetiva. Desse modo, foi possível perceber como determinadas ações, a exemplo da decisão de tomar parte em uma greve, de ir à Justiça reclamar algum direito, entre outras questões, está diretamente relacionado ao ciclo de vida dos indivíduos, a experiência de migração e aos riscos assumidos para a manutenção do emprego. Não se resumindo, portanto, ao caráter imperativo da exploração.

Trabalho recebido em 06/09/2013  
Aprovado para publicação em 12/12/2013

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

- BARRINGTON, M. JR. *Injustice: The Social Bases Of Obedience And Revolt*. Stamford: Ray Freiman & Company, 1978.
- COVER, M. O. “*Tranco da Roça*” e a “*Vida no Barraco*”: um estudo sobre trabalhadores migrantes no setor do agronegócio canavieiro. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades. Campina Grande, 2011.
- DUBAR, C. *La Crise des Idnetités: L’interprétation d’une mutation*. 3 ed. Paris: Puf, 2000.
- DURKHEIM, É. *Da Divisão do Trabalho Social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GARCIA Jr. A. R. *O Sul: Caminho do Roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: MC-T-CNPq, 1990.
- HOLSTEIN, J. A. and GUBRIUM, J. F. Active Interviewing. In. WEINBERG, Darin (Org.). *Qualitative Research Methodos*. Massachusetts: Blackwell Publishers, 2002.
- KAUFMANN, J. C. *A Invenção de Si: uma teoria da identidade*. Lisboa: Armand Colin, 2004.
- MAUSS, M. *Ensaio sobre a Dádiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- MENEZES, M. A. *Experiência Social e Identidades: trabalhadores migrantes na plantation canavieira*. In: *História Oral*, 3, 2000, p.49-68.
- \_\_\_\_\_. *Redes e Enredos nas Trilhas dos Migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa, PB: EDUFPPB, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Estratégias, Táticas e Resistência no Cotidiano dos Canaviais*. In: MENEZES, M. A.; GODOI, E. P. de (Orgs.). *Mobilidades, Redes Sociais e Trabalho*. São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq, 2011.
- POUPART, J. *et al. A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis-Rj: Vozes, 2008.
- RUNCIMAN, W. G. *Relative Deprivation and Social Justice: a study of attitudes to social inequality in twentieth-century England*. Berkeley: University of California Press, 1966.
- SCOTT, J. C. *Weapons Of The Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. Yale University, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Domination and the Arts of Resistance: hidden transcripts*. Michigan: Yale University Press and New Haven and London, 1990.
- SEARLE. J. R. *Consciência e Linguagem*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- SIGAUD, L. *Os Clandestinos e os Direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Direito e Coerção Moral no Mundo dos Engenhos*. *Revista Estudos Históricos*, n. 18. Rio de Janeiro, 1996. pp. 361-388.

\_\_\_\_\_. Armadilhas da Honra e do Perdão: usos sociais do direito na mata pernambucana. *Revista Mana*, v. 10, n.1, p. 131-163, 2004.

SILVA, M. A. M. e RIBEIRO, J. D. Violação dos Direitos e Formas de Resistência nos Canaviais Paulistas. Trabalho apresentado no VIII da ALASRU. GT: 21: Trabajo Asalariado y Mercados Laborales Agropecuarios. Porto de Galinhas, 2010.

SILVA, M. S. *Trabalhadores-Migrantes nos Canaviais Paulistas: Sociabilidades, Condições de Trabalho e Formas de Resistência!* Tese (Doutorado em Ciências Sociais. – Centro de Humanidade, Universidade Federal de Campina Grande Paraíba, 2011.

STRAUSS, A. L. *Espelhos e Máscaras: a busca de identidade*. São Paulo: Edusp, 1999.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária*. v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.